

Sociólogo e machista o tempo inteiro: uma análise feminista interseccional

Sociologist and full time sexist: an intersectional feminist analyses

Adriely Oliveira Clarindo, Camila Lenhaus Detoni, Gabriela Silva Neves, Rafaela Wernek Arenari Martins

Resumo

No presente ensaio, por meio da análise do livro “Sociólogo em tempo integral” de René Lourau, problematizamos os assédios sofridos por Françoise Lourau, esposa do autor. Em diálogo com as perspectivas feministas decoloniais e com as Epistemologias do Sul, aliamos análises críticas aos fragmentos do diário de campo de Françoise que denuncia o assédio sofrido, e fazemos provocações aos modos de produção de saber inerentes à Psicologia Institucional, pontuando o complexo lugar que ocupam as mulheres em meio a este processo. O objetivo foi apontar os percalços e necessários avanços teórico-metodológicos para uma Psicologia Institucional que se atente às relações de poder que envolvem as mulheres na produção de conhecimento. Em vista disso, atrelamos ainda às análises um relato de experiência envolvendo um caso de machismo ocorrido no seio da instituição onde autoras deste ensaio cursaram mestrado.

Palavras-chave

Psicologia institucional, interseccionalidade; feminismo.

Abstract

This article was triggered after the completion of a discipline and inconveniences that appeared in the reading of the field diary of Françoise Lourau present in the book of René Lourau, “Sociologist in full time”. In her field diary, Françoise narrates a series of harassments she faced in the occupation of Pont-Achard, due to her condition as a woman, being reduced to wife, mother and lover by the men around her. Our goal was to conduct an analytical-methodological debate on the advances that Feminisms, Southern Epistemologies in the Intersectional Paradigm bring to Institutional Psychology using as analysis material our experiences as women within the academy and the field diary of Françoise Lourau. We used the concept of Outsider Within, by Patricia Hill Collins to bring that place that allows us to infiltrate the Academy to subvert it from within. After our analysis, we pointed out that Institutional Psychology needs to advance by linking itself in an intersectional and decolonial perspective, opposing all kinds of reiterations of the oppressions of race, gender, sexuality and class.

Keywords

Institutional psychology; intersectionality; feminism.

Adriely Oliveira Clarindo

Universidade Estadual de Campinas

Psicóloga, Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), doutoranda em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora em estudo de gênero e sexualidade.

clarindoadriely@gmail.com

Camila Lenhaus Detoni

Universidade Federal do Espírito Santo

Psicóloga e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

detonicamila@hotmail.com

Gabriela Silva Neves

Universidade Federal do Espírito Santo

Psicóloga e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

gabrielasilvanevess@gmail.com

Rafaela Wernek Arenari Martins

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Psicóloga e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade do Espírito Santo (UFES), doutoranda em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

rafaelarenari@gmail.com

Introdução

A Análise Institucional (AI) é um campo do saber polifônico e polimorfo, sobretudo se considerarmos suas atualizações na experiência brasileira. Por aqui, podemos afirmar que além de falarmos um pouco do francês de René Lourau, Georges Lapassade e Félix Guattari, falamos também um tanto do espanhol abrasileirado de Gregorio Barenblitt e, ao mesmo tempo, fomos criando nossos próprios ritmos, timbres e sotaques ligados às vicissitudes econômicas, sociais e políticas que nos são próprias, como demonstram Suely Rolnik e Cecília Coimbra em seus inspiradores trabalhos.

Em vista disso, nessas terras tropicais, é tarefa importante àqueles que dela se utilizam, colocar a Análise Institucional para compor melodias decoloniais¹ com os povos indígenas e quilombolas, acompanhando os saberes originários e as epistemologias do sul². No entanto, mesmo em meio a essas composições híbridas, podemos destacar um ponto de convergência entre aqueles que se intitulam *institucionalistas*: de maneira similar partem de um pressuposto que consiste em problematizar aquilo que parece natural aos olhos da maioria (RODRIGUES, 2005).

Seguindo os passos que caminham contra a naturalização e homogeneização de sujeitos e objetos, e apostando que a própria AI, assim como outros campos de saber, pode e deve ser analisada criticamente, teceremos algumas ponderações através de uma perspectiva decolonial, a partir de um incômodo causado em nossos corpos – mulheres latino-americanas e acadêmicas – com o livro “Sociólogo em tempo inteiro” de René Lourau (1976).

A leitura desse livro foi indicada em uma disciplina do mestrado em Psicologia Institucional que cursávamos juntas, e nos colocou frente às práticas machistas e sexistas entranhadas ao relato sobre uma análise institucional realizada por Françoise Lourau, esposa do autor. Concomitante a este incômodo, vivenciávamos um momento de crise institucional de nosso programa de pós-graduação, que também estava atrelado a práticas machistas e sexistas.

Enroladas coincidentemente a esta dupla incomodidade percebemos a importância de atualizar os elementos da análise institucional a partir dos territórios geoexistenciais que ocupamos no mundo. Uma vez que as ferramentas oferecidas pela disciplina para analisar a situação que vivenciávamos, assim como aquelas presentes nos escritos de Lourau, não eram suficientes para externar o que pensávamos e sentíamos.

Neste texto de tom ensaístico nos alinhamos às perspectivas feministas decoloniais, majoritariamente negras, a fim de produzir um duplo AI. Isto é, um emparelhamento entre a Análise Institucional e a Análise Interseccional (COLLINS, 2016) como meio de forjar um olhar crítico sobre as produções androcêntricas e brancas que compõe majoritariamente os trabalhos canônicos da psicologia. Além disso, ao atrelarmos as perspectivas feministas interseccionais às inquietudes relacionadas àquilo que vivenciávamos ao relato de Lourau, preconizamos ainda a discussão sobre o lugar das mulheres nas relações e produções acadêmicas.

Essas escritas inscrevem-se também como uma maneira de não silenciar os incômodos ocasionados pelos assédios que nos abalaram no processo de mestrado. Diante disso, não interpretamos o desconforto como ‘coisa ruim’ em si. Ao nos expressarmos, buscamos não ceder à vontade de conservação das formas e à pressão que esta exerce contra a vontade de potência da vida em seu impulso de produção de diferença. Sustentamo-nos no fio tênue deste estado instável que é a vida até que a imaginação criadora construa um lugar de corpo-e-fala.

1

O que entendemos por decolonização encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder ainda vigentes (MALDONADO-TORRES, 2011).

2

A constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica das relações Norte Sul permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais. No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. A relação global etno-racial do projeto imperial do Norte Global versus o Sul Global – metáfora da exploração e exclusão social – é parte da relação global capitalista. Esta hierarquização de saberes, juntamente com a hierarquia de sistemas econômicos e políticos, assim como com a predominância de culturas de raiz eurocêntrica, tem sido apelidada por vários investigadores de ‘colonialidade do poder’. Uma das expressões da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistêmica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação. Assim, uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul (MENESES, 2008).

Da França na década de 70 ao Brasil atual: o que podem as mulheres na vida intelectual?

Em 1972, o sociólogo e educador francês René Lourau aceitou um convite para lecionar no Departamento de Sociologia da Universidade de Poitiers, França, onde permaneceu até 1974 (ALTOÉ, 2004). Essa experiência resultou em intervenções descritas no livro *Sociólogo em tempo inteiro* (LOURAU, 1976), especificamente na parte IV, intitulada “*Os diabos de Poitiers*”. O próprio Lourau argumenta sobre o fato de aceitar lecionar em uma faculdade do interior, deixando a capital Paris, e sustenta sua escolha com a seguinte afirmação:

Em Poitiers, a sociologia sai das salas de aula. Não se reduz a exposições sobre as últimas teorias americanas ou marxistas ou a exercícios de “método”. Interessa-se pelo que se passa fora da Faculdade. Interessa a pessoas fora da faculdade. Assim, é temida como o diabo (LOURAU, 1976, p. 242).

Nesse contexto Lourau descreve uma série de análises realizadas durante o período em que ocorre a intervenção socioanalítica com professores e estudantes da escola técnica de Pont-Achard. O autor anuncia que em determinada parte de sua obra fará análise das implicações sobre seu lugar de professor universitário e que estas implicações atingirão também a sua família, e, portanto, suas relações afetivas e sexuais serão expostas. Sua esposa Françoise e seu filho Julien são evocados em meio às suas análises; Lourau pede para sua esposa participar da intervenção em questão.

Com o casamento em crise, o autor ainda problematiza junto aos estudantes de Pont-Achard a possibilidade de o trabalho da análise institucional ser prejudicado quando o analista está ligado à instituição “família” e acaba demonstrando como em meio às relações acadêmicas o lugar da mulher é complexo e, por vezes, ignorado. Françoise, esposa do teórico em questão, é quem propicia as pistas por onde iremos caminhar em nossas análises. No enredo em que o trabalho do autor se constitui, ela é sempre denominada como a “mulher do Lourau” ou como aquela que ao estabelecer relação de proximidade com um dos estudantes é vista como puta.

Noutro ponto, ainda é possível notar que durante todo o texto, Françoise é remetida não apenas pelos estudantes como a “mulher de alguém”, o autor também trata sua companheira como algo de que tem posse. Nestas relações, Françoise é sempre antecedida por um pronome possessivo, e mesmo quando suas contribuições para a obra em questão são destacadas e elogiadas, logo são suplantadas por uma afirmação de Lourau garantindo que sua esposa só as inscreveu por insistência dele.

Françoise foi intimada a escrever suas percepções sobre a intervenção, e não o fez espontaneamente, pois receava por possíveis repreensões de um estudante que a assediava e de seus amigos, bem como de seu esposo. Em sua produção intelectual, o trabalho realizado por ela surgiu com menos relevância que a crise conjugal. Os homens que a cercavam interessavam-se mais pelas nuances do seu matrimônio que por suas ideias. Nos escritos de Lourau, sobressalta-se que o papel fundamental de sua companheira ligava-se à tentativa do autor de restituir seu casamento em crise e sua respectiva capacidade instituinte.

Ainda que as ponderações e problematizações de Lourau tenham ocorrido na década de 70, o que pode levar um leitor desatento afirmar que dada época em questão, relações como essas eram comuns e menos problematizadas devido a pouca aderência ao movimento feminista e

3

É importante frisar que o movimento feminista é dividido em três “ondas”, isto é, gerações distintas. A primeira onda inicia-se no fim do século XIX e visa, sobretudo, melhores condições de trabalho e direitos políticos como o voto; a segunda ocorre no final da década de 1960 e prolonga-se até parte dos anos dos anos 70, além das preocupações sociais e políticas, volta-se para as construções propriamente teóricas. A terceira vê-se nos anos de 1990 e se dedica à questão da diversidade entre as mulheres, e o questionamento da estabilidade do conceito de mulher enquanto sujeito do feminismo. Além disso, as diferentes propostas de cada uma das fases do feminismo não podem ser entendidas desde uma perspectiva histórica linear, elas sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade (LOURO, 1997; MARTINS, 2015).

consequentemente aos direitos das mulheres. É sabido que no momento em que ele escreve sua obra, já estava em curso aquilo que foi caracterizado como a segunda onda do movimento feminista³.

As pautas dos feminismos naquele momento se baseavam, primordialmente, em questionamentos sobre os padrões sociais que atribuíam a homens e mulheres papéis específicos nas relações afetivas, no trabalho e na vida política. A bem conhecida expressão “o pessoal é político” estava a todo vapor e apontava a figura de um opressor, um patriarca, como aquele que no âmbito das relações domésticas inibia, por meio da violência física e emocional, a fruição dos direitos e o avanço das conquistas das mulheres (MARTINS, 2015).

Especificamente no contexto francês, há pouco tempo havia se passado o efervescente maio de 68, e a presença feminina no espaço acadêmico, como sugere Magareth Rago (1998), desde os anos setenta era maciça nas universidades. As mulheres europeias já estavam reclamavam o seu lugar na história e a feminista francesa Simone de Beauvoir, neste horizonte, já era vista como uma pioneira nos assuntos feministas.

Vê-se assim que o contexto em que se insere a construção e publicação da obra de Lourau não é alheio à ebulição propiciada pelas reivindicações feministas da época. Entretanto, algumas de suas ponderações aliadas ao texto escrito por Françoise, que compõem o livro em questão, evocam certos incômodos e grande preocupação sobre o lugar da mulher nas relações acadêmicas. Os incômodos que emergem com a leitura da obra analisada não partem de mentes feministas que consideram o momento em que vivemos como completamente distinto daquele descrito por Lourau, a ponto de seus dizeres nos causarem espanto.

Nossa repulsa surge principalmente junto à constatação de que, apesar dos muitos avanços conquistados pela luta feminista, mudanças sociopolíticas ainda não extinguiram os machismos e sexismos enredados às dinâmicas sociais que ainda se refletem e reverberam no ambiente acadêmico.

A fim de problematizarmos essas questões e nos aprofundarmos em outras, poremos em análise alguns fragmentos do diário de campo de Françoise. Tal diário que em seu título já remonta nossa tribulação, “És a mulher de Lourau?” (1976, p. 279), marca como um nome pode tornar-se subsumido diante do termo *mulher*. Ele ainda nos revira em questões como: o que é ser esposa de um teórico em ascensão e destaque? Como é ser “de alguém” e não você própria?

Françoise nos dá exemplos:

Durante mais de uma hora sofri os sarcasmos de Arthur sobre o meu estatuto de mulher casada, minha possessividade para com meu miúdo, a minha beleza agressiva nesse sítio, o meu ar de esquerdista que vem ver, mas não se implica (LOURAU, 1976, p. 281).

Arthur, o rapaz que a assediava, apareceu com recorrência em suas análises: “*Vais* com os outros. Passear, chatear-te um bocado e tornar-te a partir... És a mulher de Lourau [...] Arthur retém-me em frente da porta para me pedir que o beije” (LOURAU, 1976, p. 281 -282).

A proximidade e o assédio do rapaz custaram certa adjetivação como observamos em: “Mas o grupo de ocupantes mal parece suportar as nossas relações ambíguas e sensualizadas. Soube mais tarde que me tinham chamado de puta” (1976, p. 282). Em outro trecho, Françoise ainda destaca seus incômodos com relação a Lourau: “Quando René volta para o grupo, já não sei muito bem por que vim a Pont-Achard. Sinto-me um pouco obrigada a segui-lo [...]” (1976, p. 281).

Se a *priori* nos ativermos às análises destes fragmentos por intermédio das perspectivas feministas contemporâneas à obra, nos veremos a observar que em meio à segunda onda do movimento feminista também era problematizada a ampla invisibilidade das mulheres brancas como sujeito, inclusive na ciência (LOURO, 1997). De maneira geral, o ponto de partida ainda era os estudos sobre essas mulheres. Concepções que denunciavam a posição da mulher branca como o Outro na relação com os homens brancos marcavam as contestações sobre o assunto.

Aprender a mulher como Outro nessas relações significaria dizer que os homens seriam os sujeitos, o absoluto. O que equivale à concepção de uma relação onde não há reciprocidade. A mulher por esta lógica não era para o homem um semelhante, ela estava além do reino humano (BEAUVOIR, 2016). Apostar nesta última ponderação pode nos dar pistas sobre o lugar ocupado por Françoise na relação com Lourau e os estudantes. E ainda nos permite remontar os questionamentos e análises realizados por feministas acadêmicas e militantes de algumas décadas atrás, sobre os saberes construídos de forma androcêntrica e sua suposta neutralidade.

Poderíamos, por intermédio delas, pensar a respeito dos perigos que também rondam a construção de uma intervenção institucional que se assenta em percepções sexistas e machistas. Todavia, apesar da importância dos estudos e contestações feministas da época que tornaram visível a forçosa invisibilidade das mulheres nas produções intelectuais, bem como, as desigualdades sociais, políticas e econômicas em que estavam submetidas, algumas de suas filiações teóricas⁴ reconhecem uma causa central para opressão feminina na relação com o patriarcado.

Nesta perspectiva, reside a ideia global e unitária de poder, onde homens universalmente oprimem as mulheres, e a instituição patriarcal é desenvolvida em meio a contexto de dominação masculina (PISCITELLI, 2002). Portanto, ao propormos análise e questionamentos a respeito das relações acadêmicas e o lugar da mulher em meio a elas, apostar nessa lógica seria ignorar a essencialidade do conceito de patriarcado como sinônimo de dominação masculina transhistórica, transcultural e transgeográfica⁵.

Se almejarmos tencionar o lugar da mulher na academia partindo dos apontamentos de Françoise noutra década e na França, e pensando até os dias atuais no Brasil, operar pela lógica de oposição masculino/homens versus feminino/mulheres torna-se algo perigosamente generalista, essencialista e empobrecedor. Uma vez que perderíamos de vista que esses dois polos não são idênticos e homogêneos entre si, e que não há uma diferença sexual “natural” que ratifique tal oposição, sancionando ao masculino a pura dominação.

Compreender que esses polos são internamente fragmentados e divididos nos ajuda a observar que não existe “a mulher”, mas sim várias e diferentes entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras. Guiarmo-nos por meio da desestabilização dessa oposição binária, abre ainda possibilidades para que sejam concebidas e incluídas diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente (LOURO, 1997).

Levar em consideração que o poder não possui caráter unitário e, deste modo, não reside em uma instância superior e transhistórica como o patriarcado. Compreendê-lo de maneira pulverizada ou, em inspiração foucaultiana, como relações de força e não de forma, nos guia ao que Louro (1997) aponta sobre a capacidade de grupos em posições desfavoráveis e assimétricas nas relações de poder, fazerem dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder.

Assim, o que ensinamos a partir dos fragmentos do diário de Françoise e de nossa experiência no mestrado não se fixa na compreensão de mulhe-

4

Louro (1997) sugere, como exemplos dessas filiações, os feminismos baseados em teorias marxistas, psicanalíticas e aqueles denominados como radicais.

5

De acordo com Piscitelli (2002), apesar das críticas, este conceito foi útil em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno histórico. O conceito acabou por tornar-se vazio de conteúdo, pois na dinâmica acadêmica seu desenvolvimento histórico e seus aspectos centrais não foram trabalhados, tornando-o mero sinônimo de dominação masculina.

res como sujeitos essencializados em posições de pura vitimização. Interessa-nos refletir sobre como atributos de gênero, neste caso de feminilidade, produzem sujeitos nas relações acadêmicas. Quais possibilidades subversivas e de resistência podem ocorrer em meio às relações de poder que se estabelecem neste contexto?

Se retornarmos ao texto que dispara essas reflexões, notaremos que Françoise reivindica seu lugar de sujeito, ao passo que demonstra sua capacidade de pensar por si, ainda que pressionada pelo marido. Entre os seus incômodos, ela analisa uma política dos afetos e sugere hipóteses sobre as causas de algumas situações constrangedoras ocorridas durante a intervenção institucional regida por Lourau.

Ela ainda ironiza Lourau, ao afirmar que o assédio que sofreu de um dos estudantes pode ter surgido como resposta direta às tentativas de seu esposo em tornar sua família uma espécie de desafio instituinte. Destarte, do outro lado, vemos Lourau inquieto e se sentindo pressionado a falar sobre suas relações afetivas e sexuais em crise no casamento.

A exposição de Lourau, mostrando suas “mãos sujas” e trazendo o diário de campo de Françoise para o seu texto, emergiu para nós como um analisador, uma vez que através do incômodo gerado, foi necessário colocarmos em análise o machismo e o sexismo que ainda reverberam nas relações acadêmicas que também vivenciamos. Coincidentemente este texto analisador foi lido e debatido pelas autoras deste ensaio no mesmo momento em que vivenciavam uma situação conflituosa dentro da instituição de ensino onde cursavam mestrado.

Psicólogas a caminho de se tornarem mestres em Psicologia Institucional, enredadas a uma conjuntura de assédio; um momento bombardeado por intervenções, questionamentos e olhares críticos dirigidos para os modos de produção de conhecimento e nossas posturas com a vida. As indagações que fizemos a respeito do lugar da mulher na produção de saber, assim como os atributos de gênero que nos seguem, e por vezes, nos condicionam em meio às relações sociais, são trabalhadas no relato que construímos sobre o ocorrido, e que será exposto a seguir.

Nesse sentido, aliançando as similaridades e denotando as diferenças entre a posição de Françoise e a nossa, demonstraremos algumas complexidades que cerceiam a presença, a subjetividade, e a produção de saber das mulheres no âmbito acadêmico.

Uma intervenção contra o machismo: resistindo como *Outsider Within*

Escolhemos abrir essa parte do texto com as palavras de Glória Anzaldúa (2000) em um exercício de coragem de decolonização dos nossos corpos e de nossas escritas.

A mulher do terceiro mundo se revolta: Nós anulamos, nós apagamos suas impressões de homem branco. Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA, quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE PRIVADA em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios (ANZALDÚA, 2000, p. 231).

Assim como Anzaldúa escreve a respeito daquilo que perpassou o seu corpo durante sua trajetória acadêmica, aqui também o faremos. Por isso é importante localizar o leitor sobre quais jogos de forças nos atravessaram

no momento em que tivemos acesso ao diário de campo de Lourau e de Françoise: estávamos no início do mestrado em Psicologia Institucional, em uma turma composta majoritariamente por mulheres, quando fomos acometidas pela notícia de que um professor do curso havia assediado alunas de uma pesquisa no próprio campo. Esta situação mobilizou toda a turma na busca por respostas e responsabilizações sobre o ocorrido.

Após uma reunião, decidimos redigir uma carta aberta direcionada ao Programa de Pós-Graduação como forma de intervenção e de luta contra o apagamento sobre o ocorrido. A carta tomou proporções que extrapolaram o Programa e as mulheres envolvidas à situação de assédio. Diversas reuniões foram feitas junto ao corpo docente, alunas da pós-graduação e da graduação, e coordenações vinculadas ao professor.

As reuniões não foram fáceis para ninguém, principalmente para nós. Fomos pegas de assalto com a dificuldade do Programa em analisar as próprias práticas durante o processo. Deparamo-nos, paradoxalmente, em um Programa de Psicologia Institucional e sem ferramentas para lidar com uma situação de crise na instituição. Muitos momentos foram extremamente desconfortáveis para todos os envolvidos, mas principalmente para nós mulheres e discentes do programa. Sentimo-nos infantilizadas em meio ao processo de denúncia e na tentativa de construir soluções para o que se passava. “O que essas garotas querem?”. Era o questionamento que surgia quando exigíamos posicionamentos e respostas das instâncias vinculadas.

Em diversos momentos foi sufocante e incômodo participar das reuniões. Em algumas delas, as discentes não conseguiam falar, éramos constantemente interrompidas e poucas foram as alianças feitas fora do corpo discente. De todo modo, buscamos não negociar o inegociável: tudo aquilo que impediria a afirmação da vida, em sua potência de criação. Nossas reivindicações foram taxadas como exageros ou ainda como “coisas de garotas”, o que parecia soar como “quem elas pensam que são para questionar o funcionamento do programa?”.

“Coisas de garotas” que destoam da base teórica do curso de psicologia, que é composta por homens brancos europeus, o que expõe certa discrepância tendo em vista que os cursos de psicologia são compostos majoritariamente por mulheres, brancas e cisgênero, mas ainda mulheres. Neste imbróglcio, nossa experiência foi atravessada por uma aposta política de construção de epistemologias localizadas e que atravessassem nossos corpos em nossas diferenças.

Essa aposta fez com que nossas leituras sobre os “clássicos” provocassem deslocamentos não apenas em nossa produção acadêmica, mas também na maneira em que enxergamos os teóricos e as teóricas que líamos. Lourau foi um desses que, em uma leitura coletiva, precisou ser observado desde seu lugar de homem branco europeu, institucionalista e machista.

Isso posto, compreendemos que para analisar a situação que experienciamos e compará-la àquilo que se passou com Françoise, é preciso pensar que as questões que envolvem nossos corpos são de ordem múltipla e, quando racializadas, encontramos ainda outras dinâmicas de opressão. Françoise era uma mulher branca, heterossexual e francesa; a exposição dessas diferenças é fundamental quando pensamos a respeito das produções de opressão dentro da academia em um contexto de colonial como no Brasil.

Ao localizarmos a discussão da AI no nosso território, precisamos levar em consideração que o racismo e o machismo foram implementados por uma lógica colonial que se atravessam e, por isso, não podem ser enfrentadas separadamente. Uma diferença importante do feminismo hegemônico é a centralidade da raça nas análises como, por exemplo, encontramos nas diferenças das análises de Beauvoir (2016) e de Franz Fanon (2008) sobre a categoria do outro. Enquanto Beauvoir (2016) parte

de uma análise exclusiva do patriarcado e da experiência da mulher branca, Fanon (2008) traz uma noção de Outro como uma invenção da branquidade, em que o sujeito negro é apontado como um inimigo e instaura a necessidade de sua aniquilação.

Ao adentrarmos em uma análise alinhada à construção histórica do feminismo negro enquanto uma epistemologia formada a partir das experiências diversas das mulheres negras, compreendemos que devido à inseparabilidade de condição enquanto mulher e negra, elas surgem como o Outro do Outro, o extremo Outro do ideal homem branco (COLLINS, 2016; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2016). Esse construto comparece em diferentes mecanismos de opressão e ajuda a criar elos entre eles, como nos casos do racismo e do machismo, ambos implementados no Brasil pelo processo não superado de colonização. Como anuncia Patrícia Hill Collins (2016, p. 108)

por fim, negar à mulher negra a agência enquanto sujeito e tratá-la como o 'Outro' objetificado representa ainda uma singular dimensão do poder que esses construtos salvaguardam para a manutenção do sistema de dominação.

Observar as disparidades que recortam as diferentes posições que mulheres podem ocupar na hierarquia de opressão, ainda nos leva a concatenação junto a Collins (2016) sobre a noção de *Outsider Within*, em tradução, uma forasteira de dentro. De acordo com a autora, essa noção diz respeito ao lugar que a mulher negra ocupa na produção de conhecimento e de análise social. Através das ponderações sobre este lugar, podemos pensar os processos de subjetivação que compõem os corpos, a presença e as produções dessas forasteiras de dentro.

As margens onde transitam as mulheres negras as permitem fazer análises sob uma perspectiva inalcançável àqueles que não vivenciam a experiência de habitar as periferias capitalísticas de invisibilidade. A posição de *Outsider Within* emerge, deste modo, junto ao estranhamento frente ao não pertencimento aos grupos dominantes. Trata-se da produção de conhecimento não necessariamente por acadêmicas, mas por mães, filhas, empregadas domésticas, trabalhadoras sexuais e quaisquer outras que estranhem a lógica de dominação (COLLINS, 2016).

A presença de uma *Outsider* ocupa o lugar do estranho, da forasteira que se insere ao ambiente acadêmico a fim de subverter suas ordens hegemônicas. Remexer o funcionamento colonialista e a infantilização do colonizado é uma das possibilidades desta posição. Ademais, ao evocarmos essa posição, não desconsideramos os movimentos decolonizadores e instituintes intrínsecos à Análise Institucional.

O que apontamos são os seus limites analíticos, isto por que ao fazer análise institucional desde o lugar de mulheres negras ou brancas latino-americanas, requer que nos atentemos para os deslocamentos de contexto. Tal como ocorre quando deslocamos as experiências de Françoise e os problemas emergentes na análise institucional de Lourau, naquele momento específico ao contexto brasileiro. Trata-se de pôr em questão que as intervenções precisam atinar para corpos e subjetividades forasteiras.

Nesse sentido, questionamos como é compreender-se implicada como uma *Outsider Within*? Como remexer hierarquias institucionalizadas quando se é subjetivado como um “estrangeiro de dentro”, um corpo que a *priori* não deveria ocupar aquele espaço, senão a partir de sua infantilização ou objetificação? Como é ser uma analista institucional quando em meio às relações de poder se ocupa a posição assimétrica considerada menos forte ou importante?

Françoise assim como nós, mesmo em meio às nossas diferenças, poderia indagar sobre quais possibilidades em intervir têm aqueles que ocupam a posição de menor favorecimento. Em contrapartida, Cecília Coimbra e Maria do Nascimento (2007), ao dialogarem com as perspectivas de Lourau (1975), nos oferecem pistas ao incitar que fazer uma intervenção significa, dentre outras coisas, “articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, ou comprovar um problema onde se julgava existirem soluções” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, não paginado).

Por este panorama, intervir ainda indica o movimento de estranhamento e questionamento das homogeneidades e a naturalidade dos objetos e dos sujeitos. Quando apostamos na existência de possibilidades em intervir para aquelas que ocupam posições desfavoráveis, notamos que essa possibilidade reside justamente desde as perspectivas que são produzidas a partir destas posições. Isto é, perceber com estranhamento e questionamento a falsa coerência que impregna as relações e produções de saber é uma das potencialidades inerentes à posição de *Outsider Within*. Um forasteiro como um corpo estranho entranhado às relações de poder tem em sua capacidade crítica e descontentamento uma ferramenta tática no embate colonial presente nestas relações.

Em nosso caso, voltando-nos à conjuntura de assédio que surgiu como um analisador; o encontro de mulheres em suas pluralidades: diferentes cores, gerações e classes, propiciou que fizéssemos fissuras neste lugar de Outro que aponta as mulheres brancas, e de Outro do Outro onde são inseridas as mulheres negras. Fissura que foi realizada em meio à compreensão de nossas diferenças e erigida por um olhar interseccional. Olhar intuído junto a um conceito construído historicamente na luta das mulheres negras em diferentes lugares do mundo.

O conceito em questão, a interseccionalidade, refere-se a um paradigma que se propõe a analisar diferentes dinâmicas de opressões partindo da tríade raça-gênero-classe. É usada como uma ferramenta metodológica na análise das dinâmicas e produções do racismo, do machismo e do capitalismo, mas que não se limita apenas a essas dimensões podendo acrescentar as dimensões de sexualidade e regionalidade, por exemplo (COLLINS, 2016; AKOTIRENE, 2018).

A fim de adensar essas composições, relembramos ainda que a Análise Institucional utiliza a implicação como um paradigma de análise fundamental das nossas pertenças, das relações, da instituição, do cotidiano e do processo (LOURAU, 1975). A epistemologia do feminismo negro, por outro lado, se utiliza do paradigma interseccional para analisar as dinâmicas e elos das produções opressoras. Assim, em proximidades à AI, a interseccionalidade implica na análise das nossas pertenças e das dinâmicas de opressão que são interligadas.

A conexão de uma perspectiva do paradigma interseccional vinculado a uma epistemologia feminista negra junto às perspectivas oriundas da Análise Institucional, permite um avanço nas intervenções localizadas em território latino-americano. Uma vez que, assim como aponta Lélia Gonzalez (2011), é importante que localizemos as teorias no contexto latino-americano e, portanto, pluricultural e multiracial que é a América Latina. Para ela, quaisquer perspectivas que não levem essas duas dimensões como centrais em suas análises, fará um trabalho raso. Por isso, no contexto colonial-capitalista em que vivemos, onde a experiência do colonialismo não está mais apenas limitada aos países colonizados, desafiamos a Análise Institucional a avançar suas análises numa perspectiva interseccional e decolonial.

O apontamento da autora contribui para o avanço de nossas análises sobre as complexidades inerentes à presença feminina na academia. Ela

demonstra que mesmo quando sobrepomos nossas considerações feministas e críticas às perspectivas coloniais e machistas, podemos tropeçar na ardilosa armadilha que envolve o feminismo hegemônico⁶. Este que, como bem apontou Gonzalez (2011), fomentou discussões fundamentais sobre o patriarcado, mas que movimentaram e ressoaram quase nada em outros tipos discriminações, o que acaba por reforçar a visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade atual.

É através destas composições entre incômodos e perspectivas críticas que nossas contestações se transmutaram nestas escritas de tom ensaístico. Assim como as intervenções e problematizações que fizemos na conjuntura de assédio e na reclamação de nossos postos na produção de saber, apenas se tornaram possíveis junto à compreensão interseccional das opressões que nos atravessavam em meio ao esgarçamento das relações de poder na instituição onde cursávamos mestrado.

Concluindo em desassossego

O incômodo disparado pelas práticas machistas arraigadas na forma como Lourau se relacionava com Françoise, assim como construía seu trabalho de Analista Institucional, demonstra que seu processo de análise de implicação não punha em consideração a existência de tais práticas. Naturalização e invisibilização de práticas machistas já não surgem como algo novo, tampouco como algo que não tem sido contestado. No entanto, ao aproximarmos perspectivas feministas e decoloniais da Análise Institucional sob o espectro da Psicologia, nosso incômodo foi levado a outros caminhos de desassossego, e, por isso, finalizaremos este texto através de inconclusivos questionamentos.

O emparelhamento de feminismos a arcabouços teóricos tem reunido tentativas, conquistas e frustrações em diferentes disciplinas. Quando observamos o crítico e atual momento político em que vivemos, onde forças neoconservadoras reagem violentamente e tentam suplantar as conquistas obtidas pelos movimentos de produção de saberes críticos a postulados epistemológicos androcêntricos brancos, inscrever discordâncias a modos de funcionamento de programas de pós-graduação em momentos de crise ou apontar falhas e limitações em saberes que se forjaram historicamente como instituintes, pode ser um tanto perigoso.

Todavia, não questionar, intervir ou analisar criticamente as formas de se fazer psicologia culmina na indiferença de sua relevante influência na produção de subjetividades e modos de existência. Se pensarmos as aproximações entre psicologia e feminismos no Brasil, este emaranhado torna-se ainda mais complicado, não apenas devido às reações conservadoras que em um primeiro olhar podem parecer externas à disciplina. Adjetivar a psicologia e construir um campo denominado Psicologia Feminista Latino-Americana é um movimento tortuoso e minoritário mesmo dentro do seio deste campo de saber.

Estudos como os de Maria Saldanha e Henrique Nardi (2016), demonstram que a comunidade acadêmica da psicologia manifesta interesse em estudos sobre as características psicológicas das mulheres agredidas ou dos agressores, mas os estudos que se voltam para a análise das estruturas que mantêm estas ideologias machistas e sexistas continuam marginalizados. Informação um tanto alarmante quando percebemos que, segundo Louise Lhullier e Jéssica Roslindo (2013), dos 89% de mulheres que compõem a profissão no Brasil apenas 1% lida na sua área de atuação com as questões de gênero e violência familiar e doméstica.

Insurgimos em meio à impossibilidade de fazer silêncios diante desses dados, afinal, como não se preocupar com o lugar das mulheres na produção de saber, se estudos e atenções sobre raça, gênero, sexualidades e feminis-

6

De modo geral, o termo remonta uma crítica ao feminismo branco europeu que não problematiza as diferentes posições e hierarquias entre mulheres.

mos ainda são compreendidos como assunto para especialistas e movimentos minoritários?

Como não produzir análises críticas frente a uma disciplina que possui estudos sobre características psicológicas de mulheres agredidas, mas que quase não observa criticamente que seus arcabouços de análises são estruturalmente sexistas? Como fazer análises de violência contra a mulher sem trazer a dimensão da raça e de classe? Se novamente apontamos nossa preocupação com o lugar do feminino nas relações e na produção acadêmica, é porque nos inquietamos diante de uma ciência e profissão composta majoritariamente por mulheres, mas de epistemologias majoritariamente construídas por e para brancas e machismos.

Sabemos que críticas ferrenhas normalmente soam como inúteis, assim como entendemos que em meio a esses jogos de forças há saberes instituintes e estudos subversivos, além de práticas e modos decoloniais de se fazer psicologias. Sabemos ainda que disciplinas são campos de disputa e que críticas a postulados androcêntricos e práticas machistas quando definidas unicamente por oposição, isto é, quando não ultrapassam a dimensão crítica, podem ser denominadas como *démodés* e repetitivas.

E por isso findamos essas escritas afirmando que a crítica em si não pode ser tomada como algo vazio e limitado, ela ocorre devido a embates coloniais, insurgência de corpos forasteiros que habitam margens e que esgarçam relações de poder, produzindo saberes outros.

Quais saberes? Impossibilidade de tornar arcabouços canônicos da psicologia de outro modo? Lélia Gonzalez nos aponta um caminho inventivo de produção de conhecimento dentro do campo dos estudos sociais e da subjetividade, e, apesar de não ser psicóloga, faz uma leitura da psicanálise através do olhar de uma mulher afro-latino-americana. É pautada nessa amefricanidade afirmada por González, (CARDOSO, 2014), que disputamos o espaço acadêmico para que caibam mais e mais corpos femininos com todas as suas formas de expressão e suas reivindicações.

Evocando as *Outsiders Within*, nos colocamos enquanto forasteiras no território acadêmico para que possamos manter um exercício crítico de estranhamento a quaisquer práticas que firam a potencialidade da vida. É com essas análises que desafiamos a Análise Institucional a avançar numa perspectiva interseccional e decolonial.

Sobre o artigo

Recebido: 08/04/2020

Aceito: 06/05/2020

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** 1. ed. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

ALTOÉ, Sonia. Apresentação. In: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004, p.241-301.

ALZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia González. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 03, set./dez. 2014.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria; NASCIMENTO, Maria Lívia; FONSECA, Tânia Mara Galli (org.). **Práticas PSI: inventando a vida**. Niterói: EDUFF, 2007, p. 27-38.

COLLINS, Patricia Hills. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 set. 2018.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**. n. 1. Batalha de Ideias. Brasil, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LHULLIER, Louise; ROSLINDO, Jéssica. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, Louise (org.). **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 19-52.

LOURAU, René. **A Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOURAU, René. **Sociólogo o tempo inteiro**. Petrópolis: Vozes: 1976.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. El pensamiento filosófico del "giro descolonizador". In: DUSSEL, Enrique; MENDIETA, Eduardo; BOHÓRQUEZ, Carmen (ed.). **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe, y "latino" (1300-2000): historia, corrientes y filósofos**. México: Siglo Veintiuno, 2011, p. 683-697.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito "nas ondas" do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, p. 231-245, 2015.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Textos Didáticos, 2002, p. 7-42.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>.

RIBEIRO, Djamila. A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher. **Blog da Boitempo**, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL,

Francisco Teixeira. **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p. 609-657.

SALDANHA, Marília; NARDI, Henrique Caetano. Uma psicologia feminista brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 35, p. 35-52, abr. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2020.